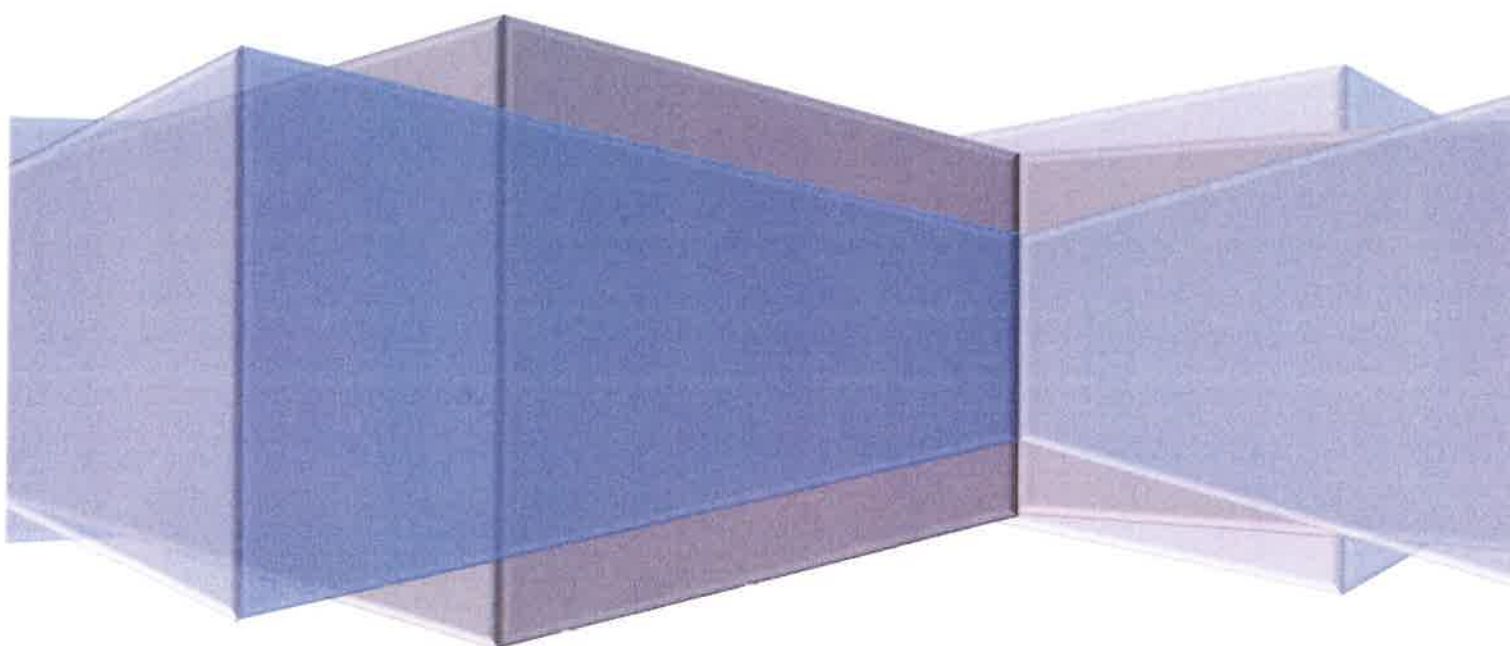




Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto
Direção Regional da Educação e Administração Educativa
Escola Básica Integrada da Vila do Topo

Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas



SIGLAS/ABREVIATURAS

EBIVT– Escola Básica Integrada de Vila do Topo

SS – Segurança Social

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

NSCI – Norma de Sistema de Controlo Interno

UO – Unidade Orgânica

ÍNDICE

Nota Introdutória	3
Caracterização da Instituição.....	4
Organograma.....	5
Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.....	6
Considerações Finais	11

NOTA INTRODUTÓRIA

As escolas públicas são estruturas que, como todos os serviços públicos, estão sujeitas a dificuldades e problemas, nomeadamente, riscos de corrupção e infrações conexas. O risco consiste na possibilidade da ocorrência de um determinado evento que implicará um resultado irregular. A gestão do risco é um processo de análise metódica dos riscos inerentes às atividades de prossecução das atribuições e competências das instituições, tendo por objetivo a defesa e proteção de cada interveniente nos diversos processos, salvaguardando-se, assim, o interesse coletivo. Todos os trabalhadores das instituições, quer os membros dos órgãos, quer o pessoal com funções dirigentes, quer o mais simples funcionário têm responsabilidade na gestão do risco, pois as instituições formam redes de trabalho e de comunicação interdependentes.

Os riscos podem ser graduados em função da probabilidade da sua ocorrência e da gravidade das suas consequências, devendo estabelecer-se, para cada tipo de risco, a respetiva quantificação. São vários os fatores que levam a que uma atividade tenha um maior ou menor risco. No entanto, os mais importantes são: a competência da gestão, uma vez que uma menor competência da atividade gestionária envolve, necessariamente, um maior risco; a idoneidade dos gestores e decisores - um comprometimento ético e um comportamento rigoroso levará a um menor risco; a qualidade do sistema de controlo interno e a sua eficácia. O controlo interno é uma componente essencial da gestão do risco, funcionando como salvaguarda da retidão da tomada de decisões, uma vez que previne e deteta situações anormais.

Atualmente, a sociedade exige organismos públicos funcionais e eficientes, que sejam capazes de decisões adequadas à realização harmónica dos interesses envolvidos, mas que o façam de forma transparente. Este plano assume-se como uma oportunidade de reflexão interna para a melhoria das práticas existentes. É importante fortalecer os mecanismos de controlo interno existentes, direcionando-os para a temática da prevenção da corrupção e riscos conexas, e de reforçar as competências de todos os agentes públicos no que respeita a esta temática. A divulgação dos princípios e regras existentes e a adoção de medidas de sensibilização crescente para a matéria da prevenção da corrupção e riscos, são essenciais para a concretização deste objetivo. Para implementar efetivamente as medidas propostas neste plano, bem como o seu desenvolvimento e consolidação, é necessária a disponibilidade e empenho de todos os que prestam serviço nesta estrutura pública, em nome do interesse público e de toda a comunidade escolar.

CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Escola Básica Integrada de Vila do Topo

- ◆ Código: 51020500
- ◆ Rua de Santo António s/n, 9875 -168, Topo, São Jorge, Açores;
- ◆ Telefone: 295 415 282
- ◆ E- mail: ebi.topo@edu.azores.gov.pt
- ◆ Regime de funcionamento: diurno
- ◆ Níveis de ensino: ensino pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico

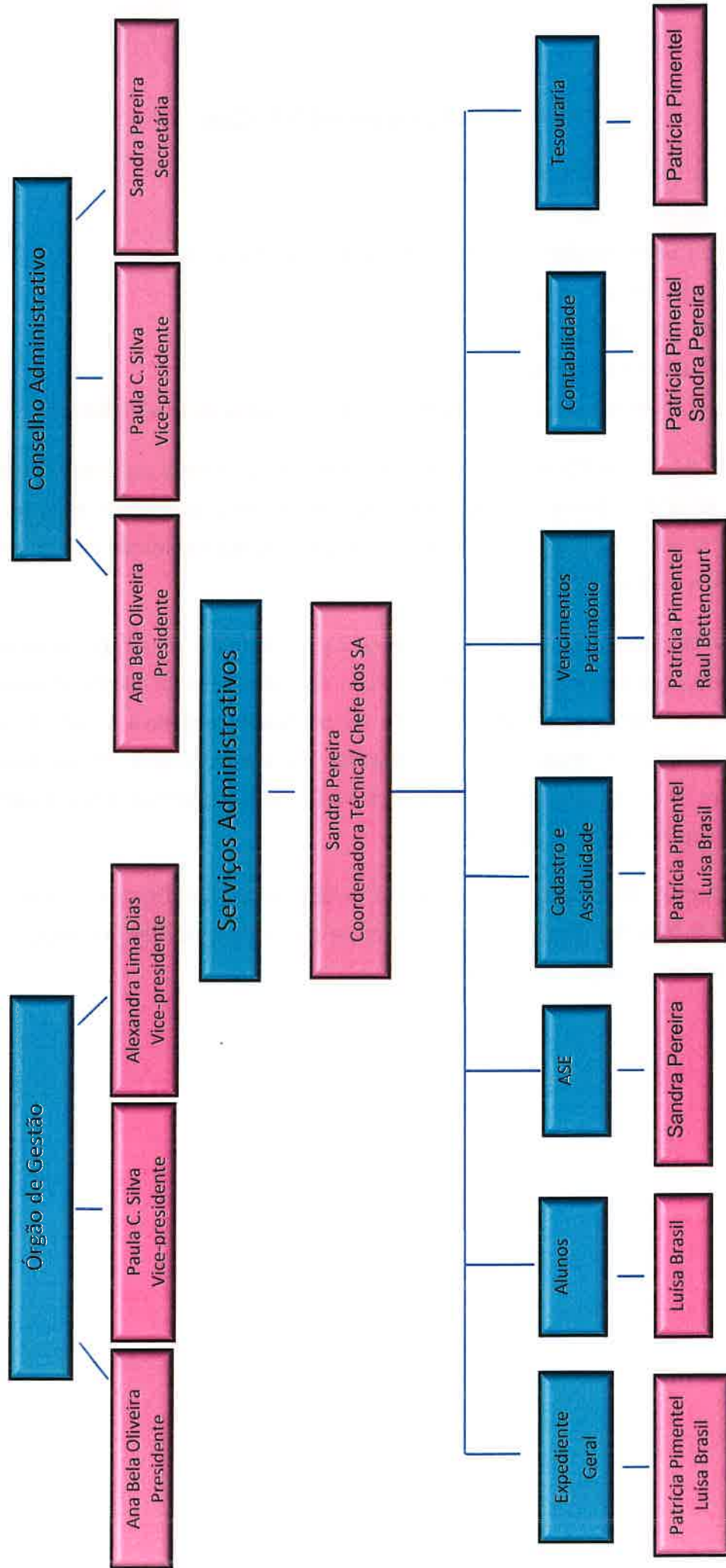
A EBI de Vila do Topo possui uma população estudantil que vai desde o ensino pré-escolar ao 9º ano de escolaridade, sendo que as idades têm oscilado entre os 3 e os 16 anos. O número de alunos tem vindo a reduzir drasticamente nos últimos anos, estando já abaixo dos 100.

A escola tem mantido ao longo dos anos uma média de 27 professores a lecionar, sendo que apenas cerca de metade são docentes fixos da escola. O pessoal não docente da escola pertence ao quadro de nomeação definitiva e tem vindo a diminuir ao longo dos anos. O quadro engloba na sua totalidade 16 elementos, repartidos por 10 assistentes operacionais (incluindo 2 de Junta Médica) e 5 assistentes técnicos (um de licença sem vencimento).

Em termos de espaço físico edificado, a EBI de Vila do Topo compreende 3 edifícios distribuídos por uma área total de cerca de 4000 m² sendo eles, o edifício novo, o pavilhão gimnodesportivo e o antigo edifício.

ORGANOGRAMA DA EBIVT

RESPONSÁVEIS



PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

O risco encontra-se presente em todas as organizações, independentemente do seu tipo ou dimensão, e pode resultar de fatores quer externos, quer internos. A norma internacional ISO/FDIS 31000:2009, que estabelece os princípios e linhas de orientação relativas à gestão do risco, define o risco como o efeito da incerteza nos objetivos propostos. O risco é muitas vezes, caracterizado pela referência aos eventos potenciais e aos impactos dos mesmos ou a uma combinação entre estes dois fatores. Na tabela abaixo encontram-se identificadas as áreas e as atividades sujeitas a maior risco de corrupção e de infrações conexas, bem como as estratégias preventivas definidas para cada uma.

Tabela 1 – Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas.

Unidade Orgânica	Área	Atividade	Riscos de Corrupção ou Infração Conexa Identificados	Grau de Risco	Estratégias Preventivas	Responsável
Escola Básica Integrada de Vila do Topo		Emissão de declarações ou certidões	- Falsificação de declarações ou certidões por funcionário (conteúdo falso ou alterado) a pedido ou em troca de bens - Falsificação ou contrafação de documento	Médio	Previsão de regras sobre o processo de emissão de declarações/certidões, incluindo a verificação aleatória das declarações/certidões emitidas por um funcionário diferente daquele que as emitiu e a junção, aquando da assinatura, do suporte da informação	Luísa Brasil Sandra Pereira

					Promoção de verificações aleatórias, por amostragem, a um mínimo de certidões emitidas em cada ano letivo	
		Recrutamento/ Contrato por tempo indeterminado	- Favorecimento de candidato - Abuso de poder - Tráfico de influência - Intervenção em processo em situação de impedimento	Médio	Nomeação de jûris diferenciados para cada concurso	Ana Bela Oliveira
		Contratos públicos/ Ajuste direto	- Favorecimento - Violação dos princípios gerais de contratação - Abuso de poder	Médio	Nomeação de jûris diferenciados para cada concurso	Membros do Conselho Administrativo
		Processamento de remunerações/abonos variáveis e eventuais	- Pagamentos indevidos - Corrupção ativa para ato lícito - Peculato	Alto	Verificação, num período aleatório, do cumprimento do programa específico para esta área (folha de processamento dos vencimentos e de ajudas de custo, e dos descontos efetuados ao trabalhador – SS, IRS e de outros abonos recebidos)	Patrícia Pimentel
		Justificação de faltas	Considerar uma falta como justificada indevidamente	Médio	Verificação, num período aleatório, do cumprimento do programa específico para esta área (folha de processamento dos	Patrícia Pimentel Luísa Brasil

					vencimentos e de ajudas de custo e dos descontos efetuados ao trabalhador – SS, IRS e de outros abonos recebidos)	
	Mapa de férias		Atribuição de dias de férias superiores ao que o funcionário tem direito	Baixo	Verificação dos dias de férias a que o funcionário tem direito em articulação com as faltas	Patrícia Pimentel
	Pagamento de despesas		- Pagamento de despesas sem suporte documental adequado (fatura/fatura recibo) - Pagamento de despesas em duplicado - Falta de imparcialidade - Favorecimento de credores - Desvio de dinheiro - Lapsos - Pagamento indevido de encargos	Alto	- Controlo, prévio ao pagamento, dos requisitos dos documentos de despesa apresentados - Definição de regras de conferência pontual dos documentos originais sempre que os pagamentos estejam suportados em cópia - Realização de ações de controlo/contagem de fundos por serviço diferente daquele que manuseia dinheiro nos termos da NSCI - Revisão de contratos e protocolos - Elaboração e verificação do cumprimento de plano de tesouraria	Patrícia Pimentel Sandra Pereira
	Abates		Abate de bens que continuam no ativo	Médio	Ver procedimento no Manual de Procedimentos da UO	Raúl Bettencourt

			▪ Abates sem autorização do órgão competente ▪ Utilização indevida, para fins privados, de bens abatidos documentalmente no período até à sua eliminação física			
	Aquisição de bens e serviços		▪ Apropriação ou utilização indevida de bens públicos, nomeadamente, por abates sem autorização ▪ Fragilidades a nível de controlo do inventário do economato e do património ▪ Aquisição diversa ao mesmo fornecedor para favorecimento deste	Médio	▪ Implementação de medidas de controlo de património e inventário ▪ Gestão informatizada de stocks	Patrícia Pimentel Sandra Pereira
	Verificação de produtos aquando da sua receção (produtos de higiene, limpeza, alimentares, manuais escolares, ...)		▪ Desvio ou não fiscalização da quantidade e qualidade de mercadorias ▪ Retenção de material para uso próprio do funcionário ▪ Entrega, pelos fornecedores, de quantidades de material inferior às contratadas	Médio	▪ Articulação dos registos (<i>Nota de encomenda, Fatura e Registo de receção</i>) com o existente em stock ▪ Verificação <i>in loco</i>	Berta Marques Raúl Bettencourt Nivalda Lemos (responsável armazém)

		▪ Abuso de poder ▪ Tráfico de influência				
	Conferência de valores	▪ Entrega de valores não coincidentes com somatório de recibos ▪ Corrupção passiva para ato ilícito ▪ Peculato ▪ Peculato de uso ▪ Abuso de poder	Médio	▪ Conferência diária dos valores recebidos, com folhas de caixa discriminativas/ recibos pelo responsável da Tesouraria	Patrícia Pimentel Sandra Pereira	
	Registro de entrada de correspondência/ abertura indevida	▪ Violação de ética profissional ▪ Divulgação de informação confidencial ▪ Desaparecimento de documentos ▪ Incumprimento de prazos	Médio	▪ Conferências físicas periódicas ao livro de expedição/receção	Luísa Brasil	
	Desenvolvimento de soluções à medida (software, serviços, ...)	▪ Acesso a informação indevida ▪ Manipulação e destruição de dados ▪ Manipulação das políticas de segurança ▪ Introdução (indevida ou não) de anomalias	Médio	▪ Conferências mensais e alterações periódicas do nome/palavra-passe do utilizador ▪ Definição de metodologias de controlo e delegação de acessos aos programas ▪ Definição e implementação de sistemas de garantia de integridade de logs, bem como da informação obrigatória a conter nos mesmos	Sandra Pereira Nuno Tavares (técnico de Informática)	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas da EBI de Vila do Topo foi elaborado para ajudar a monitorizar e acompanhar o trabalho desenvolvido nesta instituição, visando sempre a excelência na qualidade do serviço público prestado por esta escola. Assim, este documento é um instrumento de trabalho que serve para orientar a conduta da gestão desta entidade pública e que está aberto a alterações sempre que estas se justifiquem.

A divulgação deste plano à comunidade educativa em geral facilitará a sua implementação e concretização, pois apenas com a colaboração efetiva e responsável de todos os intervenientes se poderão alcançar os resultados pretendidos.

Vila do Topo, 24 de setembro de 2024

Presidente da Comissão Executiva Provisória



(Ana Bela Teixeira Oliveira)

Vice-Presidente da Comissão Executiva Provisória



(Paula Cristina Silva)

Coordenadora Técnica



(Sandra Maria Reis Pereira)